AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Atenção: Fraudar ou tentar fraudar Certames Públicos é Crime previsto no art. 311-A do Código Penal.

DOMINGO MANHÃ

EDITAL Nº 001/2026

CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE (AL)

ORIENTAÇÕES IMPORTANTES AO CANDIDATO:

1. Conferência dos materiais

✓ Confira seu nome, documento e número de inscrição nos materiais recebidos.
✓ Verifique o Caderno de Questões quanto à impressão e numeração.

2. Regras da prova

✓ Cumpra as normas previstas no Edital, Caderno de Questões e Folha de Respostas. O descumprimento poderá resultar em eliminação.

3. Folha de Respostas

✓ É o documento utilizado para a correção da prova.
✓ Assine e marque apenas uma alternativa por questão.
✓ Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta.
✓ Entregue a Folha de Respostas ao fiscal ao final da prova.

4. Provas e gabaritos

✓ Serão divulgados no site do Instituto IGEDUC (www.igeduc.org.br), conforme os prazos do Edital.

5. Condutas proibidas

✓ Não manuseie a prova antes da autorização.
✓ Não se comunique com outros candidatos.
✓ Não utilize aparelhos eletrônicos.
✓ Não anote o gabarito fora dos locais permitidos.

6. Permanência e saída

✓ Respeite o tempo mínimo de permanência previsto no Edital.
✓ Não deixe o local sem autorização do fiscal.
✓ Ao concluir, entregue os materiais exigidos e assine os documentos de controle, quando solicitado.

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 01

Considere as palavras "juízes", "saúva", "história" e "baú". Com base nas regras de fonologia e acentuação gráfica da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) "juízes", "saúva" e "baú" apresentam ditongo decrescente acentuado; em "história", ocorre hiato na sílaba final.

(B) "juízes" e "saúva" apresentam hiato, enquanto "baú" apresenta ditongo crescente; em "história", ocorre hiato entre "i" e "a".

(C) "juízes" e "baú" apresentam hiato, enquanto "saúva" apresenta ditongo; em "história", ocorre tritongo na sílaba final.

(D) "juízes" apresenta ditongo, enquanto "saúva" e "baú" apresentam hiato; em "história", ocorre encontro consonantal na sílaba final.

(E) "juízes", "saúva" e "baú" apresentam hiato com vogal tônica acentuada; em "história", ocorre ditongo na sílaba final.

Questão 02

Assinale a alternativa redigida de acordo com a norma-padrão.

(A) Fui eu quem elaborei o parecer, embora tenha sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

(B) Fui eu quem elaborou o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

(C) Fui eu quem elaboraram o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentou as conclusões finais.

(D) Fui eu quem elaborou o parecer, embora tenha sido os demais membros da comissão que apresentou as conclusões finais.

(E) Fui eu quem elaboraram o parecer, embora tenham sido os demais membros da comissão que apresentaram as conclusões finais.

Questão 03

Considere as palavras "faísca", "baiuca", "Piauí" e "feiura". De acordo com as regras de acentuação gráfica da norma-padrão da língua portuguesa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) "Faísca" e "Piauí" recebem acento gráfico por apresentarem "i" tônico em hiato, enquanto "baiuca" e "feiura" não são acentuadas em razão da regra aplicável aos hiatos precedidos de ditongo em palavras paroxítonas.

(B) "Faísca" e "feiura" apresentam hiatos formados por vogais tônicas, enquanto "Piauí" e "baiuca" contêm ditongos que justificam a ausência de acentuação gráfica.

(C) "Piauí" recebe acento por apresentar ditongo aberto em posição final, enquanto "faísca" é acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo.

(D) "Faísca" e "Piauí" são acentuadas pela mesma regra das oxítonas terminadas em "i", enquanto "baiuca" e "feiura" permanecem sem acento por apresentarem ditongos crescentes.

(E) "Faísca" recebe acento por ser proparoxítona, e "Piauí", por ser paroxítona terminada em "i"; "baiuca" e "feiura" apresentam hiatos átonos.

Questão 04

Considere o período:

"Os candidatos bastante preparados apresentaram respostas meio extensas, mas demonstraram plena segurança durante a exposição."

Assinale a alternativa em que a classificação morfológica e o comportamento flexional dos termos destacados estão **CORRETAMENTE** indicados.

(A) "bastante" e "meio" funcionam como advérbios e, por isso, permanecem invariáveis; "plena" funciona como adjetivo e concorda em gênero e número com o substantivo "segurança".

(B) "bastante" funciona como advérbio e admite flexão conforme o termo intensificado; "meio" funciona como adjetivo invariável; "plena" funciona como pronome adjetivo.

(C) "bastante" funciona como pronome indefinido e admite flexão de número; "meio" funciona como adjetivo e concorda com "extensas"; "plena" funciona como substantivo abstrato.

(D) "bastante" funciona como adjetivo e concorda com "candidatos"; "meio" funciona como numeral e concorda com "respostas"; "plena" funciona como advérbio de intensidade.

(E) "bastante" funciona como numeral de quantidade; "meio" funciona como pronome indefinido; "plena" funciona como advérbio e modifica semanticamente o substantivo "segurança".

Questão 05

Considere a frase: "Após horas de negociação, a proposta finalmente saiu do papel."

Assinale a alternativa que analisa **CORRETAMENTE** o sentido da expressão destacada.

(A) A expressão foi empregada em sentido conotativo, indicando que a proposta passou da fase de planejamento para a execução.

(B) A expressão foi empregada em sentido literal, indicando que a proposta foi retirada de arquivo físico para nova análise.

(C) A expressão foi empregada em sentido metonímico, indicando que o papel substitui semanticamente os agentes responsáveis pela decisão.

(D) A expressão foi empregada em sentido técnico, indicando a formalização material da proposta em documento administrativo.

(E) A expressão foi empregada em sentido denotativo, indicando que o documento deixou fisicamente a superfície em que estava apoiado.

Questão 06

Assinale a alternativa mais adequada ao padrão de redação oficial para comunicar a prorrogação de um prazo administrativo.

(A) "Vimos, por meio deste, comunicar aos interessados que houve uma extensão no prazo para envio dos documentos, ficando mantidas as demais regras anteriormente divulgadas."

(B) "Informamos que o prazo para envio da documentação foi prorrogado até 15 de outubro de 2026, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas."

(C) "Serve o presente para informar que o prazo em questão foi estendido, razão pela qual os documentos poderão ser apresentados até a nova data estabelecida."

(D) "Temos a honra de informar que, por decisão desta Administração, ficou acertado que a documentação poderá ser enviada até o dia 15 de outubro de 2026."

(E) "A Administração resolveu conceder mais tempo aos interessados, de maneira que os documentos poderão ser encaminhados até 15 de outubro de 2026."

Questão 07

Considere o período: "Embora o relatório estivesse completo, a comissão solicitou que alguns dados fossem revistos antes da publicação."

Assinale a alternativa que classifica **CORRETAMENTE** as orações destacadas.

(A) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial concessiva, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva objetiva direta.

(B) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial temporal, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada adverbial final.

(C) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial consecutiva, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva completiva nominal.

(D) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial condicional, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada substantiva subjetiva.

(E) "Embora o relatório estivesse completo" é oração subordinada adverbial causal, e "que alguns dados fossem revistos" é oração subordinada adjetiva restritiva.

Questão 08

Assinale a alternativa que integre o corpo de um ofício administrativo que encaminha documentação previamente solicitada.

(A) "Segue a documentação que foi solicitada anteriormente, ficando esta repartição no aguardo de uma manifestação sobre as providências que serão adotadas."

(B) "Encaminhamos, para análise, os documentos solicitados no Ofício nº 42/2026, permanecendo este órgão à disposição para eventuais esclarecimentos."

(C) "Vimos, por meio deste, encaminhar os documentos que foram anteriormente solicitados, esperando que possam ser analisados com a atenção costumeiramente dispensada."

(D) "Temos a elevada satisfação de remeter a documentação requerida, aproveitando a ocasião para renovar manifestações de consideração e apreço."

(E) "Estamos encaminhando os documentos pedidos no ofício mencionado, para que esse órgão tome conhecimento e veja o que poderá ser feito a respeito."

Questão 09

Assinale a alternativa em que os vocábulos foram empregados de acordo com seus respectivos significados.

(A) O servidor agiu com discrição durante a reunião e apresentou descrição minuciosa dos fatos no relatório.

(B) O servidor realizou uma discrição dos acontecimentos e demonstrou descrição no atendimento aos envolvidos.

(C) O servidor apresentou discrição detalhada do ocorrido e manteve descrição ao tratar de informações sensíveis.

(D) O servidor agiu com descrição durante a reunião e apresentou discrição minuciosa dos fatos no relatório.

(E) O servidor manteve descrição no comportamento e redigiu uma discrição completa dos fatos apurados.

Questão 10

No período "Os servidores bastante atentos analisaram cuidadosamente os documentos encaminhados", assinale a alternativa que classifica **CORRETAMENTE** os termos destacados.

(A) "bastante" funciona como advérbio, "atentos" como adjetivo e "cuidadosamente" como advérbio.

(B) "bastante" funciona como advérbio, "atentos" como substantivo e "cuidadosamente" como adjetivo.

(C) "bastante" funciona como adjetivo, "atentos" como advérbio e "cuidadosamente" como adjetivo.

(D) "bastante" funciona como pronome, "atentos" como substantivo e "cuidadosamente" como advérbio.

(E) "bastante" funciona como numeral, "atentos" como adjetivo e "cuidadosamente" como substantivo.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 11

Considerando o art. 15, incisos I a V, da Constituição Federal, acerca da perda e da suspensão dos direitos políticos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A condenação criminal recorrível produz suspensão imediata dos direitos políticos quando houver imposição de pena privativa de liberdade superior a dois anos.

(B) A Constituição veda a cassação de direitos políticos e admite sua perda ou suspensão nas hipóteses expressamente previstas no próprio texto constitucional.

(C) A incapacidade civil absoluta autoriza a suspensão dos direitos políticos enquanto permanecer a situação reconhecida judicialmente.

(D) A recusa de cumprir obrigação legal imposta a todos pode gerar perda dos direitos políticos mediante decisão administrativa da autoridade competente.

(E) A prática de ato de improbidade administrativa produz perda definitiva dos direitos políticos quando houver condenação judicial transitada em julgado.

Questão 12

Considerando o art. 150, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Constituição Federal, acerca das limitações constitucionais ao poder de tributar, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A Constituição veda a cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os instituiu ou aumentou e estabelece, nas hipóteses aplicáveis, anterioridade anual e nonagesimal.

(B) A criação de tributo por lei publicada no início do exercício permite sua cobrança após noventa dias quando respeitada a anterioridade nonagesimal, ainda que também incida a anterioridade anual.

(C) A anterioridade anual impede a cobrança de tributo no mesmo exercício financeiro da publicação da lei, enquanto a anterioridade nonagesimal incide sobre qualquer espécie tributária independentemente de exceções.

(D) A vedação à retroatividade tributária impede que lei posterior produza efeitos sobre fatos geradores pretéritos, inclusive quando sua aplicação resultar em disciplina mais favorável ao contribuinte.

(E) A anterioridade nonagesimal exige intervalo de noventa dias após a publicação da lei e substitui a anterioridade anual quando ambas incidirem sobre a mesma espécie tributária.

Questão 13

Considerando o art. 5º, inciso LXX, da Constituição Federal, acerca do mandado de segurança coletivo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A associação civil pode impetrar mandado de segurança coletivo após seis meses de funcionamento quando a urgência da tutela justificar a flexibilização do requisito temporal constitucional.

(B) A entidade de classe depende de autorização individual de seus filiados para impetrar mandado de segurança coletivo em defesa de interesses relacionados à categoria representada.

(C) A organização sindical pode impetrar mandado de segurança coletivo para tutela de interesses difusos da coletividade, ainda que sem relação com os membros por ela representados.

(D) O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido com representação no Congresso Nacional, sindicato, entidade de classe ou associação constituída há pelo menos um ano, em defesa de seus membros ou associados.

(E) O partido político pode impetrar mandado de segurança coletivo quando possuir representação em qualquer Casa Legislativa estadual ou municipal e demonstrar pertinência temática com a controvérsia.

Questão 14

Considerando o art. 66, §§ 1º, 2º e 4º, da Constituição Federal, acerca da sanção e do veto no processo legislativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O Presidente da República pode vetar projeto de lei por inconstitucionalidade ou por contrariedade ao interesse público, devendo o veto ser apreciado pelo Congresso Nacional na forma constitucional.

(B) O veto presidencial pode abranger palavras isoladas de dispositivo legal quando sua retirada preservar a coerência normativa do texto aprovado pelo Congresso Nacional.

(C) O veto por contrariedade ao interesse público depende de demonstração de inconstitucionalidade material associada à inconveniência política do projeto aprovado.

(D) A rejeição do veto exige maioria absoluta dos membros de cada Casa do Congresso Nacional em votações separadas e sucessivas.

(E) O veto parcial pode incidir sobre expressão contida em inciso ou parágrafo quando a supressão não alterar o sentido essencial da proposição legislativa.

Questão 15

Considerando o art. 144, caput e §§ 1º, 4º, 5º e 8º, da Constituição Federal, acerca da organização constitucional da segurança pública, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) As polícias civis exercem funções de polícia judiciária da União nos crimes de repercussão interestadual, enquanto a Polícia Federal atua na apuração de infrações de interesse predominantemente local.

(B) As polícias militares exercem polícia judiciária estadual e apuração de infrações penais militares e comuns, além das atividades de policiamento ostensivo.

(C) As guardas municipais integram constitucionalmente as forças policiais dos Estados e exercem policiamento ostensivo quando houver delegação formal do governador.

(D) A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida por órgãos constitucionalmente definidos, entre eles as polícias federal, civis e militares, além das guardas municipais nos limites previstos pela Constituição.

(E) A Polícia Federal exerce funções de polícia judiciária dos Estados em crimes contra bens e serviços de suas autarquias quando houver repercussão regional relevante.

INFORMÁTICA

Questão 16

Em uma planilha do Microsoft Excel destinada ao cálculo de percentuais por faixa de valor, o intervalo A2:B6 contém uma tabela ordenada de forma crescente pela primeira coluna: na linha 2, os valores 0 e 0%; na linha 3, os valores 1000 e 5%; na linha 4, os valores 3000 e 10%; na linha 5, os valores 6000 e 15%; e na linha 6, os valores 10000 e 20%. Na célula D2 consta o valor 4500 e, na célula E2, foi inserida a fórmula =PROCV(D2;$A$2:$B$6;2;VERDADEIRO). Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE o resultado exibido na célula E2 e a razão do comportamento da função.

(A) 0%, porque a correspondência aproximada devolve a primeira linha do intervalo na ausência de valor exato.

(B) #N/D, porque a correspondência aproximada condiciona o retorno à presença do valor exato na primeira coluna.

(C) 10%, porque a correspondência aproximada devolve a linha do maior limite que não supera o valor procurado.

(D) 15%, porque a correspondência aproximada devolve a linha do menor limite que supera o valor procurado.

(E) 5%, porque a correspondência aproximada devolve a linha imediatamente anterior à do limite compatível.

Questão 17

O setor de tecnologia de uma organização revisou a política de cópias de segurança dos sistemas administrativos e submeteu o texto à validação técnica antes da publicação. Sobre os fundamentos aplicáveis, julgue as afirmativas a seguir em verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) A regra denominada 3-2-1 recomenda a manutenção de três cópias dos dados, gravadas em três tipos distintos de mídia, com duas delas mantidas fora do ambiente de produção.

(__) O backup diferencial copia as alterações havidas desde o último backup completo, razão pela qual a restauração se faz com o conjunto completo somado ao último diferencial gravado.

(__) O armazenamento das cópias no mesmo volume lógico dos dados originais atende ao requisito de segregação, desde que gravadas em pasta distinta e de nome reservado.

(__) A definição do período de retenção das cópias considera as exigências legais e contratuais aplicáveis à organização, ao lado das necessidades operacionais das áreas.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, V, F, F.
(B) F, F, V, V.
(C) F, V, V, F.
(D) V, F, F, V.
(E) F, V, F, V.

Questão 18

Uma organização revisou a política interna de tratamento de dados pessoais e distribuiu material de orientação às áreas que manipulam cadastros de clientes e de colaboradores. Com base exclusivamente na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), sem considerar jurisprudência ou doutrina, analise as afirmativas a seguir.

I. Nos termos do Art. 5º, inciso IX, da Lei Federal nº 13.709/2018, são agentes de tratamento o controlador e o operador, cabendo ao primeiro as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

II. Nos termos do Art. 5º, inciso VIII, da Lei Federal nº 13.709/2018, o encarregado atua como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

III. Nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 13.709/2018, o tratamento de dados pessoais fica condicionado ao consentimento do titular, hipótese da qual dependem as demais previsões do dispositivo.

IV. Nos termos do Art. 48 da Lei Federal nº 13.709/2018, o controlador deverá comunicar à autoridade nacional e ao titular a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) II e IV, apenas.
(B) II, III e IV, apenas.
(C) I, II e III, apenas.
(D) I e IV, apenas.
(E) I, II e IV, apenas.

Questão 19

Um profissional do setor financeiro de uma organização recebe mensagem de correio eletrônico cujo nome de exibição corresponde ao do diretor da área, mas cujo domínio do endereço difere do institucional por um caractere. O texto solicita a alteração imediata dos dados bancários de um fornecedor habitual, recomenda que o assunto não seja comentado com outras áreas e fixa prazo de uma hora para a conclusão, sob alegação de risco de multa contratual.

Com base no caso apresentado, assinale a alternativa que indica a providência CORRETA.

(A) Encaminhar a mensagem aos demais integrantes do setor para validação coletiva e prosseguir conforme o entendimento majoritário obtido na consulta.

(B) Responder à própria mensagem solicitando a confirmação da ordem ao remetente antes de promover a alteração dos dados bancários do fornecedor.

(C) Alterar a senha da conta de correio eletrônico e, restabelecido o acesso ao sistema, dar seguimento à solicitação de alteração dos dados bancários.

(D) Confirmar a solicitação por canal independente já conhecido, como o ramal institucional do diretor, e comunicar o ocorrido à equipe de segurança.

(E) Conferir se o endereço de resposta coincide com o nome de exibição do remetente e, havendo coincidência entre ambos, atender à solicitação recebida.

Questão 20

Ao elaborar o estudo técnico preliminar para contratação de serviços de nuvem, a área de tecnologia de uma organização precisa descrever, no documento, o modelo de implantação adequado a cada conjunto de sistemas, considerando quem compartilha a infraestrutura e sob que condições. Relacione a Coluna I à Coluna II.

Coluna I

1. Nuvem pública.

2. Nuvem privada.

3. Nuvem híbrida.

4. Nuvem comunitária.

Coluna II

(__) Infraestrutura compartilhada por organizações que reúnem requisitos comuns de missão, de segurança ou de conformidade regulatória.

(__) Infraestrutura disponibilizada ao público em geral pelo provedor, com recursos compartilhados entre diversos contratantes distintos.

(__) Composição de duas ou mais infraestruturas distintas, mantidas como entidades próprias e ligadas por tecnologia que permite a portabilidade de dados.

(__) Infraestrutura provisionada para uso de uma única organização, ainda que hospedada e operada por terceiro contratado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) 1, 4, 2, 3.

(B) 4, 3, 1, 2.

(C) 1, 2, 3, 4.

(D) 4, 1, 3, 2.

(E) 2, 1, 4, 3.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CAMPO ALEGRE (AL)

Questão 21

O desenvolvimento econômico de Campo Alegre, a partir da década de 1970, está associado à atuação de um grupo empresarial que diversificou seus negócios, articulando atividade agroindustrial, comércio de peças e pecuária de corte premiada. Assinale a alternativa que apresenta CORRETAMENTE empreendimentos que compõem o Grupo Olival Tenório, ao lado da Usina Porto Rico e da Importadora Auto Peças.

(A) Destilaria Autônoma Porto Alegre, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com gado da raça Gir.
(B) Destilaria Autônoma Porto Alegre, Importadora Pneus e agropecuária com gado da raça Nelore.
(C) Usina Uruba, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com criação de gado da raça Nelore premiada.
(D) Usina Uruba, Triunfo Agroindustrial e agropecuária com criação de gado da raça Gir premiada.
(E) Usina Triunfo, Importadora Pneus e agropecuária com criação de gado da raça Gir premiada.

Questão 22

O planejamento de políticas públicas em Campo Alegre recorre às divisões regionais e aos indicadores territoriais e ambientais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que situam o município na rede urbana e no espaço geográfico alagoano.

Com base nesses dados, julgue as afirmativas a seguir em verdadeiras (V) ou falsas (F).

(__) Na divisão regional vigente, o município integra a Região Geográfica Imediata de São Miguel dos Campos, inserida na Região Geográfica Intermediária de Maceió.

(__) Na rede urbana, Campo Alegre é classificado como Centro Local e tem Maceió como centro de sua região de influência.

(__) O bioma predominante no território municipal é a Mata Atlântica, e o município integra o Sistema Costeiro-Marinho.

(__) O município possui área territorial superior a 300 km² e, no Censo 2022, apresentou densidade demográfica acima de 100 habitantes por quilômetro quadrado.

(__) Na divisão em mesorregiões geográficas, o município integra a Mesorregião do Agreste Alagoano.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo.

(A) V, F, F, V, F.
(B) V, V, F, V, F.
(C) F, F, V, V, F.
(D) V, F, V, F, V.
(E) F, V, F, F, V.

Questão 23

A narrativa sobre a origem do povoamento de Campo Alegre remonta ao fim do século XVIII e envolve deslocamentos populacionais motivados por fatores ambientais, bem como o contato entre colonizadores e povos indígenas do território alagoano.

Leia o fragmento a seguir, elaborado com base no histórico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

"Ana Margarida de Barros era filha de rico proprietário português que atravessou o rio _____, fugindo da _____ que assolava _____. Ela foi raptada pelo cacique de uma tribo açona habitante da região de _____."

Assinale a alternativa que preenche, CORRETA e respectivamente, as lacunas.

(A) Coruripe, cheia, Sergipe, Penedo
(B) São Francisco, cheia, Pernambuco, Porto Real do Colégio
(C) São Francisco, seca, Sergipe, Porto Real do Colégio
(D) Coruripe, seca, Pernambuco, Penedo
(E) São Francisco, cheia, Pernambuco, Penedo

Questão 24

A Lei Estadual nº 2.086, de 26 de dezembro de 1957, desmembrou Campo Alegre de São Miguel dos Campos e o elevou à categoria de município. A medida foi contestada e levada ao Supremo Tribunal Federal, que julgou a Representação nº 358, com acórdão de 18 de agosto de 1958. Considerando o relato histórico sobre esse julgamento, analise as assertivas a seguir.

I. A representação foi acolhida por unanimidade e alcançou também a lei alagoana que criara o município de Boca da Mata.

II. O relator, ministro Luis Gallotti, julgou procedente a representação, acolhendo a tese da ausência de plebiscito.

III. A representação foi apresentada ao STF pelo prefeito Armando Moreira Soares, dispensada a atuação da Procuradoria-Geral.

IV. O relator fez referência a precedente segundo o qual as Constituições e leis dos Estados organizam os Municípios, observada a Constituição Federal.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II, apenas.
(B) II e III, apenas.
(C) I, III e IV, apenas.
(D) III e IV, apenas.
(E) I, II e IV, apenas.

Questão 25

Luziápolis, núcleo situado no território de Campo Alegre, desenvolveu-se a partir de um ponto de descanso de viajantes, e sua trajetória demonstra a relação entre vias de circulação, comércio e crescimento populacional.

Considere os seguintes acontecimentos da formação do povoado.

I. Instalação do primeiro hotel do povoado, de propriedade do sr. Durval.

II. Montagem de uma cabana de palha pelo doceiro Antônio Cassimiro, à sombra de uma árvore açoita-cavalo.

III. Chegada gradual de outros negócios e de algumas moradias ao redor do comércio pioneiro.

IV. Construção da BR-101, que intensificou o movimento de viajantes no local.

V. Consolidação de Pau de Descanso como parada obrigatória para os viajantes.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem cronológica CORRETA dos acontecimentos.

(A) II, III, V, IV, I.
(B) II, V, III, I, IV.
(C) III, II, V, I, IV.
(D) II, III, IV, I, V.
(E) V, II, III, IV, I.

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

Questão 26

O enquadramento do prestador de serviços pode afastar a apuração do imposto municipal sobre o preço do serviço, seja pelo recolhimento em valores fixos de profissionais autônomos e de sociedades de profissionais habilitados, seja pela opção pelo regime unificado aplicável às microempresas e empresas de pequeno porte. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) No trabalho pessoal do próprio contribuinte, o imposto é calculado por alíquotas fixas ou variáveis, nelas não compreendida a importância paga a título de remuneração do próprio trabalho.

(__) Na sociedade de profissionais habilitados, o valor fixo é apurado uma vez em relação à pessoa jurídica, independentemente do número de profissionais que prestem serviços em seu nome.

(__) A opção pelo regime unificado das microempresas e empresas de pequeno porte pode ser retratada no curso do ano-calendário, com efeitos a partir do primeiro dia do mês seguinte ao do pedido.

(__) A forma de sociedade limitada não impede, por si só, o regime de valor fixo, havendo prestação pessoal pelos sócios, responsabilidade técnica individual e ausência de estrutura empresarial.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) V, F, F, V.
(B) V, F, V, F.
(C) F, V, F, F.
(D) V, V, F, V.
(E) F, F, V, V.

Questão 27

Uma sociedade empresária adquiriu, por contrato de trespasse, o estabelecimento comercial de outra pessoa jurídica e prosseguiu na respectiva exploração sob razão social diversa. Quatro meses depois da alienação, a sociedade alienante iniciou nova atividade em ramo de comércio distinto daquele explorado no estabelecimento vendido. Não houve alienação judicial. Quanto aos tributos relativos ao estabelecimento, devidos até a data do ato, assinale a alternativa que define CORRETAMENTE a responsabilidade da adquirente.

(A) Fica exonerada da sucessão, porque a nova atividade da alienante foi iniciada em ramo distinto daquele do estabelecimento.

(B) Suporta subsidiariamente os débitos, limitados aos tributos cujos fatos geradores ocorreram nos seis meses anteriores ao ato.

(C) Arca solidariamente com a alienante, porque ambas passaram a exercer atividade empresarial dentro do prazo de seis meses.

(D) Assume por inteiro a dívida, porque a alienante deixou de explorar o estabelecimento vendido e passou a atuar em ramo diverso.

(E) Responde subsidiariamente com a alienante, visto que esta passou a exercer outra atividade antes de seis meses do negócio.

Questão 28

A autarquia municipal de saneamento contratou uma empresa para executar serviços mediante cessão de mão de obra e outra para realizar obra de construção civil por empreitada no território do Município, efetuando pagamentos mensais a ambas. A respeito das retenções incidentes sobre esses pagamentos e da titularidade dos valores retidos, assinale a alternativa CORRETA.

(A) Incide a retenção previdenciária sobre o valor líquido da nota fiscal de cessão de mão de obra, após a dedução dos tributos nela destacados.

(B) Por gozar de imunidade, a autarquia fica dispensada da responsabilidade pela retenção do imposto sobre serviços devido pela executora da obra.

(C) Pertence ao Município o imposto de renda retido na fonte sobre valores pagos pela autarquia às empresas contratadas, e não à União.

(D) Recolhe-se em nome da autarquia contratante a contribuição previdenciária retida sobre a cessão de mão de obra, que a torna contribuinte da parcela.

(E) Repassa-se à União o imposto de renda retido pela autarquia, que o devolve ao Município por meio do fundo de participação.

Questão 29

O cadastro imobiliário municipal reúne dados como a localização, a área, o valor venal e o endereço de correspondência do sujeito passivo, informações que sustentam o lançamento de ofício do imposto predial e territorial urbano. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. A remessa do carnê de pagamento ao endereço do contribuinte constante do cadastro é suficiente para notificá-lo do lançamento do imposto.

PORQUE

II. A atualização do valor monetário da base de cálculo dos imóveis cadastrados não constitui majoração do tributo e pode ser feita por ato do Poder Executivo.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são falsas.

(B) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.

(C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.

(D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.

(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 30

O balanço patrimonial de uma sociedade empresária sob fiscalização apresenta, em reais: disponibilidades de 40.000,00; clientes de 60.000,00; estoques de 100.000,00; ativo realizável a longo prazo de 50.000,00; imobilizado de 250.000,00; passivo circulante de 125.000,00; passivo não circulante de 175.000,00; e patrimônio líquido de 200.000,00. Acerca dos indicadores extraídos dessas informações, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A liquidez seca é de 0,80, de modo que os ativos circulantes, excluídos os estoques, cobrem 80% das obrigações de curto prazo.

(__) A liquidez geral supera a unidade, pois o ativo circulante somado ao realizável a longo prazo excede o total das obrigações com terceiros.

(__) A participação de capitais de terceiros em relação ao capital próprio é de 150%, indicando maior dependência de recursos de terceiros.

(__) Menos da metade das obrigações com terceiros vence no curto prazo, segundo o índice de composição do endividamento da sociedade.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) F, V, F, V.

(B) F, F, V, F.

(C) V, F, F, V.

(D) V, V, V, F.

(E) V, F, V, V.

Questão 31

Ao concluir o exame das demonstrações contábeis de diferentes entidades, o auditor precisa definir sua manifestação a partir da natureza do problema encontrado e do julgamento sobre a disseminação de seus efeitos. Associe cada tipo de manifestação da Coluna I à situação da Coluna II que a exige:

Coluna I

1. Opinião não modificada.

2. Opinião com ressalva.

3. Opinião adversa.

4. Abstenção de opinião.

Coluna II

(__) Impossibilitado de acompanhar a contagem dos estoques, que representam a maior parte do ativo, e sem evidência alternativa, o auditor conclui que os possíveis efeitos são relevantes e generalizados.

(__) A entidade deixou de registrar provisão relevante para um processo judicial específico, distorção que afeta saldos determinados sem comprometer o conjunto das demonstrações.

(__) A entidade deixou de consolidar controlada relevante, o que distorce de forma disseminada ativos, passivos e resultado apresentados nas demonstrações.

(__) O auditor identificou distorção não corrigida que, isoladamente e em conjunto com as demais, é irrelevante para as demonstrações examinadas.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 4, 3, 2, 1.
(B) 4, 2, 3, 1.
(C) 2, 4, 3, 1.
(D) 3, 1, 4, 2.
(E) 4, 1, 3, 2.

Questão 32

No imposto sobre serviços apurado e pago antecipadamente pelo próprio contribuinte, a atuação posterior do fisco envolve tanto o prazo para conferir a atividade do sujeito passivo quanto a definição das normas que regerão eventual lançamento de ofício de diferenças. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. Sem prazo fixado em lei, havendo pagamento antecipado e ausentes dolo, fraude ou simulação, o prazo da homologação conta-se do primeiro dia do exercício seguinte ao do fato gerador.

PORQUE

II. O lançamento reporta-se à data em que é efetuado e rege-se pela lei então vigente, inclusive quanto à alíquota aplicável ao fato gerador pretérito.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são falsas.
(C) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(D) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 33

A vedação de que os entes federados instituam impostos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros repercute na tributação municipal de bens e atividades ligados à Administração Pública direta e indireta. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) O Município pode exigir o imposto predial e territorial urbano de empresa privada arrendatária de imóvel público que nele explore atividade econômica com fins lucrativos.

(__) A imunidade estende-se às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público quanto ao patrimônio, à renda e aos serviços vinculados a suas finalidades essenciais.

(__) O particular que firma compromisso de compra de imóvel pertencente a ente imune beneficia-se da imunidade quanto ao imposto incidente sobre o bem prometido.

(__) A sociedade de economia mista prestadora de serviço público, com ações negociadas em bolsa e voltada à remuneração de acionistas, goza da imunidade pela natureza do serviço.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) V, F, V, F.
(B) V, V, V, F.
(C) F, F, F, V.
(D) V, V, F, F.
(E) F, V, F, V.

Questão 34

A obrigação acessória decorre da _____ e tem por objeto prestações, positivas ou negativas, no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos; seu cumprimento é exigível ainda que o crédito tributário tenha sido excluído por _____; e ela abrange o dever de terceiros, mediante intimação escrita, de prestar informações sobre bens, negócios ou atividades alheios, dever que não alcança fatos cobertos por _____. Considerando o regime dessa obrigação, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) lei em sentido estrito - anistia - sigilo contratual
(B) legislação tributária - anistia - segredo profissional
(C) lei em sentido estrito - anistia - segredo profissional
(D) legislação tributária - anistia - sigilo contratual
(E) legislação tributária - moratória - segredo profissional

Questão 35

No início do exercício, o Município efetua o lançamento de ofício do imposto predial e territorial urbano de todos os imóveis cadastrados, cujo pagamento se distribui em parcelas ao longo do ano, e registra o fato tanto sob o enfoque patrimonial quanto sob o orçamentário. Analise as asserções a seguir e a relação proposta entre elas.

I. O crédito do imposto lançado é reconhecido como variação patrimonial aumentativa antes de sua arrecadação, embora a receita orçamentária seja registrada à medida que o contribuinte paga.

PORQUE

II. Os efeitos das transações e de outros eventos são reconhecidos nos períodos a que se referem, independentemente do recebimento ou do pagamento.

A respeito dessas asserções, assinale a alternativa CORRETA:

(A) As asserções I e II são verdadeiras, e a II é uma justificativa correta da I.
(B) As asserções I e II são falsas.
(C) A asserção I é falsa, e a II é verdadeira.
(D) As asserções I e II são verdadeiras, mas a II não é uma justificativa correta da I.
(E) A asserção I é verdadeira, e a II é falsa.

Questão 36

No exercício, o Município contratou operação de crédito por antecipação de receita orçamentária para cobrir insuficiência momentânea de caixa, recebeu créditos de imposto inscritos em dívida ativa e alienou imóveis desafetados. O ingresso da operação de crédito é classificado como _____; o recebimento dos créditos inscritos em dívida ativa gera receita _____; e o produto da alienação dos imóveis, receita de capital, só pode financiar despesa corrente se destinado por lei aos _____. Considerando esses ingressos, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) receita de capital - corrente - regimes de previdência social
(B) ingresso extraorçamentário - corrente - serviços públicos de saúde
(C) ingresso extraorçamentário - corrente - regimes de previdência social
(D) receita de capital - de capital - regimes de previdência social
(E) ingresso extraorçamentário - de capital - regimes de previdência social

Questão 37

Determinado Município manifestou a opção de fiscalizar e cobrar o imposto sobre a propriedade territorial rural relativo aos imóveis situados em seu território, tributo de competência da União. Considerando o regime jurídico dessa atribuição, assinale a alternativa CORRETA acerca da posição do Município.

(A) Mantém a participação de metade do produto arrecadado, uma vez que a opção transfere atribuições administrativas, e não receitas da União.

(B) Passa a deter, diante da inércia federal na cobrança dos imóveis locais, a competência para instituir adicional sobre o mesmo imposto.

(C) Adquire o poder de legislar sobre as alíquotas do imposto, observada a progressividade destinada a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas.

(D) Pode reduzir o imposto devido pelos pequenos proprietários locais, desde que a redução seja aprovada pela Câmara Municipal após a opção.

(E) Exerce as funções atribuídas com as garantias e os privilégios processuais que competem ao ente federal que lhe conferiu essa atribuição.

Questão 38

Em 1º de outubro de 2026, foram publicados no Município quatro atos, nenhum deles com cláusula expressa de vigência ou de início de efeitos, sendo certo que o imposto sobre serviços não figura entre as exceções constitucionais às regras de anterioridade. Considere os atos listados abaixo:

(1) Norma legal que majora a alíquota do imposto sobre serviços.

(2) Ato normativo expedido pela autoridade fazendária sobre a emissão de documentos fiscais.

(3) Norma legal que apenas antecipa o prazo de recolhimento do imposto sobre serviços, sem majoração do tributo.

(4) Decisão de órgão colegiado de julgamento administrativo a que a legislação local atribui eficácia normativa.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que esses atos passam a produzir efeitos:

(A) 2, 4, 3, 1.

(B) 4, 2, 1, 3.

(C) 4, 2, 3, 1.

(D) 2, 4, 1, 3.

(E) 2, 3, 4, 1.

Questão 39

Em procedimento de fiscalização de uma sociedade prestadora de serviços, o auditor requisitou a exibição da escrituração e da documentação fiscal da empresa relativas a vários exercícios, a fim de confrontá-las com as declarações apresentadas ao fisco. A respeito do dever de guarda e exibição desses elementos e de sua força probatória perante a autoridade fiscal, analise as afirmativas a seguir:

I. Os livros obrigatórios de escrituração e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados devem ser conservados até a prescrição dos créditos tributários das operações a que se refiram.

II. O exame dos livros comerciais pela fiscalização tributária é admitido, mas fica limitado aos pontos que constituem o objeto da investigação fiscal em curso.

III. A escrituração formalmente regular impede a autoridade lançadora de arbitrar o preço dos serviços prestados, ainda que os documentos expedidos pelo sujeito passivo não mereçam fé.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) II apenas.

(B) I e III apenas.

(C) I, II e III.

(D) I e II apenas.

(E) I apenas.

Questão 40

Na apuração do imposto sobre serviços de qualquer natureza, a identificação do Município credor e dos limites da tributação depende das regras nacionais de localização do fato gerador, de não incidência e de alíquotas. Acerca do assunto, registre V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas:

(__) A caracterização do estabelecimento prestador independe da denominação adotada, bastando que o local configure unidade econômica ou profissional, ainda que em caráter temporário.

(__) Na execução de obra de construção civil por empreitada, o imposto é devido no Município em que se situa o estabelecimento do prestador, e não naquele em que a obra é executada.

(__) O serviço desenvolvido no território nacional cujo resultado aqui se verifique sujeita-se ao imposto, ainda que o pagamento seja efetuado por residente no exterior.

(__) A alíquota mínima pode ser afastada por isenção municipal que resulte em carga inferior a ela, desde que o benefício alcance os prestadores estabelecidos no próprio Município.

Após análise, assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

(A) V, F, V, F.
(B) V, V, F, F.
(C) V, F, F, V.
(D) F, V, V, F.
(E) F, F, V, V.

Questão 41

Ao revisar o sistema tributário local, a Secretaria de Fazenda examinou a taxa de coleta de resíduos domiciliares, cujo valor considera a área construída de cada imóvel, e o tributo exigido em razão de obra de pavimentação que valorizou os imóveis de determinado bairro. Sobre esses tributos, analise as afirmativas a seguir:

I. É constitucional a taxa cobrada em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis.

II. O tributo exigido em razão da obra tem como limite individual a parcela do custo total da obra rateada pela área de cada imóvel situado na zona beneficiada.

III. A adoção, no cálculo da taxa, de elemento da base de cálculo própria de imposto é admitida, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

Está CORRETO o que se afirma em:

(A) I e II apenas.
(B) III apenas.
(C) I e III apenas.
(D) I, II e III.
(E) I apenas.

Questão 42

Durante procedimento fiscal, a Secretaria Municipal de Fazenda recebeu diversas demandas envolvendo informações obtidas por seus auditores, em razão do ofício, sobre a situação econômica e financeira de contribuintes e sobre a natureza e o estado de seus negócios. Considerando o dever de sigilo fiscal e as hipóteses em que a divulgação ou o fornecimento dessas informações é admitido, assinale a alternativa que retrata CORRETAMENTE o tratamento de uma dessas demandas.

(A) Atende-se à requisição de autoridade judiciária formulada em ação penal, mantendo-se o sigilo diante das requisições oriundas de ações cíveis.
(B) Depende de ordem judicial o fornecimento de dados a outro órgão administrativo, ainda que nele haja processo instaurado para apurar infração do contribuinte.
(C) Pode ser divulgada a informação relativa a parcelamento concedido ao contribuinte e a relativa às inscrições em dívida ativa da Fazenda Pública.
(D) Admite-se a divulgação de incentivo ou benefício tributário concedido a contribuinte pessoa física, desde que o ato concessivo tenha sido publicado.
(E) Aguarda o trânsito em julgado da ação penal a divulgação de representação fiscal para fins penais relativa ao contribuinte fiscalizado pelo Município.

Questão 43

Um contribuinte possui, perante o mesmo Município, diversos débitos tributários vencidos, de espécies distintas, alguns decorrentes de obrigação própria e outros assumidos na condição de responsável, e efetua pagamento insuficiente para quitar a totalidade, e compete à autoridade administrativa definir a imputação. Considere os critérios de imputação listados abaixo:

(1) Ordem decrescente dos montantes.

(2) Ordem crescente dos prazos de prescrição.

(3) Débitos por obrigação própria antes dos decorrentes de responsabilidade tributária.

(4) Contribuições de melhoria, depois taxas e, por fim, impostos.

Assinale a alternativa que apresenta a ordem CORRETA em que esses critérios de imputação devem ser aplicados:

(A) 3, 2, 4, 1.
(B) 3, 4, 2, 1.
(C) 4, 3, 2, 1.
(D) 4, 3, 1, 2.
(E) 3, 4, 1, 2.

Questão 44

Ao reorganizar sua estrutura fiscal, o Município observa que a vinculação de receita de impostos a órgão, fundo ou despesa é vedada, ressalvada, entre outras hipóteses, a destinação de recursos para a realização de atividades da _____; que a administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, _____ sobre os demais setores administrativos; e que as administrações tributárias atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou _____. Considerando esse regime, assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas, na ordem em que aparecem:

(A) administração tributária - autonomia financeira - convênio
(B) segurança pública - precedência - convênio
(C) segurança pública - autonomia financeira - convênio
(D) administração tributária - precedência - convênio
(E) administração tributária - precedência - decreto

Questão 45

Em procedimentos de fiscalização do imposto sobre serviços, a autoridade municipal examinou situações que envolvem o afastamento, o abrandamento ou a atribuição da sanção por infração à legislação tributária. Associe cada instituto da Coluna I à situação da Coluna II em que ele se manifesta:

Coluna I

1. Denúncia espontânea.

2. Retroatividade benigna.

3. Responsabilidade pessoal do agente.

4. Responsabilidade objetiva por infrações.

Coluna II

(__) Empresa que deixou de emitir notas fiscais por falha de sistema, sem ânimo de fraudar, tem mantida a autuação, embora alegue boa-fé e ausência de prejuízo relevante.

(__) Norma posterior reduz o percentual da multa por falta de recolhimento, e o auto de infração ainda pendente de recurso administrativo passa a exigir o percentual menor.

(__) Contribuinte que ainda não sofreu qualquer medida fiscal comunica omissão de receita, recolhe o imposto com juros e não sofre a imposição da multa de mora.

(__) Gerente que falsifica documentos para suprimir o imposto, em conduta tipificada como crime e alheia ao exercício regular da função, arca ele próprio com a sanção, e não a sociedade.

Assinale a alternativa que apresenta a associação CORRETA, de cima para baixo:

(A) 3, 2, 1, 4.
(B) 4, 2, 1, 3.
(C) 4, 2, 3, 1.
(D) 4, 1, 2, 3.
(E) 3, 1, 2, 4.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 46

Considerando o art. 55 da Lei nº 9.784/1999, acerca da convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A convalidação constitui modalidade de revogação parcial do ato, preservando os efeitos válidos e retirando aqueles atingidos por vício de legalidade.

(B) A existência de prejuízo a terceiro não impede a convalidação quando a manutenção do ato revelar-se economicamente mais vantajosa para a Administração Pública.

(C) A convalidação depende de provocação do interessado quando o ato já tiver produzido efeitos favoráveis, ainda que o defeito identificado seja considerado sanável pela Administração.

(D) A convalidação pode alcançar vícios relacionados à finalidade quando a autoridade competente demonstrar que o resultado produzido atende adequadamente ao interesse público.

(E) Os atos que apresentem defeitos sanáveis podem ser convalidados pela própria Administração quando a medida não acarretar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Questão 47

À luz dos arts. 53, 54 e 55 da Lei nº 9.784/1999, acerca do regime de invalidação, revogação, decadência e convalidação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O prazo decadencial de cinco anos para anulação dos atos favoráveis incide também quando comprovada a má-fé do destinatário, sem prejuízo da responsabilização pessoal decorrente da conduta praticada.

(B) A Administração pode optar entre anular e revogar ato ilegal quando sua retirada também estiver amparada por razões de conveniência administrativa demonstradas no processo correspondente.

(C) Nos atos que produzam efeitos patrimoniais contínuos, o prazo decadencial começa a correr a partir de cada prestação individualmente paga, aplicando-se contagem própria a cada efeito financeiro produzido.

(D) A convalidação pode alcançar defeito sanável mesmo quando houver prejuízo a terceiro, desde que a Administração demonstre que a manutenção do ato proporciona benefício público superior ao prejuízo identificado.

(E) A Administração deve anular atos eivados de vício de legalidade, pode revogar atos válidos por razões de conveniência ou oportunidade e pode convalidar defeitos sanáveis quando disso não resultar lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

Questão 48

Considerando o art. 156, caput e § 1º, da Lei nº 14.133/2021, acerca das sanções aplicáveis às infrações administrativas praticadas no âmbito das licitações e dos contratos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A natureza e a gravidade da infração definem a espécie de sanção, enquanto as circunstâncias agravantes e atenuantes possuem relevância jurídica restrita à fixação do valor da multa administrativa.

(B) A inexistência de dano patrimonial à Administração afasta a aplicação das sanções de maior gravidade, ainda que estejam presentes os demais elementos caracterizadores da infração administrativa.

(C) As peculiaridades do caso concreto podem justificar substituição da sanção legalmente prevista por penalidade administrativa de natureza diversa criada pela autoridade responsável pelo processo.

(D) Na aplicação das sanções devem ser considerados a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos causados à Administração e a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade.

(E) A implantação de programa de integridade posterior à infração impede sua consideração na dosimetria, pois a análise administrativa deve limitar-se às condições existentes no momento da prática da conduta.

Questão 49

Considerando os arts. 6º, inciso XXVII, e 103, caput e §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021, acerca da matriz de alocação de riscos nos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A matriz de riscos pode distribuir entre contratante e contratado a responsabilidade por eventos supervenientes, devendo essa alocação ser considerada na preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

(B) A matriz de riscos transfere ao contratado os eventos supervenientes relacionados à execução do objeto, cabendo à Administração os riscos decorrentes de alterações legislativas posteriores.

(C) A alocação contratual de riscos impede a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro em relação aos eventos atribuídos à Administração no instrumento convocatório.

(D) A matriz de riscos possui função meramente informativa e não repercute na análise de pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro durante a execução contratual.

(E) A distribuição de riscos pode ser modificada unilateralmente pela Administração durante a execução quando houver alteração significativa das condições econômicas do contrato.

Questão 50

Nos termos do art. 37, § 1º, da Constituição Federal, assinale a alternativa **CORRETA** acerca da publicidade institucional dos órgãos públicos.

(A) Pode utilizar elementos associados à autoridade quando não estiver demonstrada finalidade de obtenção de vantagem política ou benefício pessoal decorrente da divulgação.

(B) Pode empregar símbolos associados à gestão administrativa quando a campanha apresentar finalidade informativa e não houver referência direta a processo eleitoral.

(C) Pode conter imagem da autoridade responsável quando utilizada para identificar a gestão pública e acompanhada de informações objetivas sobre os serviços divulgados.

(D) Pode mencionar o nome do agente público responsável quando a referência estiver vinculada à divulgação de obra, programa ou serviço executado pela Administração.

(E) Deve possuir caráter educativo, informativo ou de orientação social, sem conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

Questão 51

Considerando os arts. 124, 125 e 126 da Lei nº 14.133/2021, acerca das alterações dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os limites quantitativos aplicáveis às alterações unilaterais podem ser superados quando houver concordância do contratado e demonstração de vantagem econômica para a Administração no mesmo ajuste.

(B) A modificação do regime de execução da obra ou do serviço decorrente de constatação técnica superveniente pode ser determinada unilateralmente pela Administração quando preservada a finalidade original da contratação.

(C) A alteração quantitativa dentro dos limites estabelecidos em lei pode modificar substancialmente o objeto contratado quando a solução superveniente atender de maneira mais eficiente à necessidade administrativa original.

(D) O limite de cinquenta por cento previsto para reforma de edifício ou equipamento alcança acréscimos e supressões, desde que a alteração quantitativa não descaracterize a finalidade inicialmente contratada.

(E) A Administração pode alterar unilateralmente o contrato para melhor adequação técnica do projeto ou das especificações e para modificar quantitativamente o objeto nos limites legais, sem que essas alterações possam transfigurar o objeto da contratação.

Questão 52

Considerando o art. 50, caput e § 1º, da Lei nº 9.784/1999, acerca da motivação dos atos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A motivação de atos que imponham sanções pode ser complementada após sua edição quando os fundamentos acrescentados decorrerem de elementos já existentes no processo administrativo correspondente.

(B) A motivação deve indicar os fatos e fundamentos jurídicos da decisão, podendo adotar fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores, que passam a integrar o ato.

(C) A motivação dos atos discricionários pode concentrar-se na indicação do interesse público perseguido quando a escolha realizada estiver compreendida no espaço decisório conferido pela legislação à autoridade.

(D) A motivação por remissão a parecer anterior pode ser adotada quando a autoridade concordar com sua conclusão, permanecendo os respectivos fundamentos externos ao conteúdo jurídico da decisão administrativa.

(E) A decisão de recurso administrativo pode dispensar motivação específica quando confirmar integralmente a decisão recorrida e não identificar circunstâncias novas relevantes para a solução da controvérsia.

Questão 53

Considerando o art. 78, caput e parágrafo único, da Lei nº 5.172/1966, Código Tributário Nacional, acerca do poder de polícia administrativa, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A atuação preventiva decorrente do poder de polícia possui natureza predominantemente orientadora, enquanto medidas coercitivas dependem de prévia confirmação judicial da infração administrativa constatada.

(B) A discricionariedade inerente ao poder de polícia reduz a incidência do controle sobre finalidade e proporcionalidade, desde que o agente tenha atuado dentro da competência territorial atribuída ao órgão fiscalizador.

(C) O poder de polícia compreende atividade administrativa que limita ou disciplina direito, interesse ou liberdade em razão do interesse público, sendo regular seu exercício quando realizado pelo órgão competente, nos limites legais, com observância do processo legal e sem abuso ou desvio de poder.

(D) A competência administrativa para fiscalizar determinada atividade permite à autoridade estabelecer restrições não previstas em lei quando a providência adotada apresentar relação objetiva com a finalidade pública protegida.

(E) O exercício regular do poder de polícia depende da efetiva ocorrência de dano ao interesse público, pois a mera existência de risco administrativo não autoriza a imposição de limitações ao exercício de direitos privados.

Questão 54

Considerando o art. 2º, caput e parágrafo único, incisos I, II e XIII, da Lei nº 9.784/1999, acerca dos princípios e critérios aplicáveis ao processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A atuação administrativa deve observar a lei e o Direito, atender a fins de interesse geral e interpretar a norma de forma compatível com sua finalidade pública, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

(B) A legalidade administrativa autoriza atuação fundada diretamente em princípios gerais quando inexistir norma específica e a autoridade demonstrar conveniência administrativa relevante.

(C) A Administração pode aplicar nova interpretação normativa a situações pretéritas quando essa compreensão ampliar a proteção do interesse público e estiver devidamente motivada.

(D) A segurança jurídica impede a revisão de interpretações administrativas anteriores, ainda que a nova compreensão seja necessária para adequação à legislação superveniente.

(E) O princípio da finalidade permite substituir o objetivo definido em lei por outro interesse público considerado mais eficiente pela autoridade responsável pela decisão administrativa.

Questão 55

Considerando os arts. 121, 125 e 126 da Lei nº 8.112/1990, acerca das responsabilidades civil, penal e administrativa do servidor público federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A absolvição penal por insuficiência probatória afasta a responsabilidade administrativa quando os fatos apurados nas duas esferas coincidirem substancialmente.

(B) A aplicação de sanção disciplinar impede posterior responsabilização civil pelo mesmo fato quando ambas decorrerem de prejuízo causado à Administração Pública.

(C) As responsabilidades civil, penal e administrativa podem cumular-se e são independentes entre si, ressalvada a repercussão da absolvição criminal que negue a existência do fato ou a autoria.

(D) A independência entre as instâncias permite à Administração manter sanção disciplinar mesmo quando decisão penal definitiva reconheça a inexistência material do fato imputado.

(E) A responsabilidade administrativa fica condicionada ao encerramento da esfera penal quando a mesma conduta funcional também estiver tipificada como infração criminal.

Questão 56

Considerando o art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, acerca da acumulação remunerada de cargos, empregos e funções públicas, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A acumulação de um cargo de professor com outro técnico ou científico depende de identidade entre as respectivas áreas de conhecimento, além da compatibilidade entre as jornadas de trabalho.

(B) A acumulação remunerada é permitida nos casos previstos na Constituição, desde que haja compatibilidade de horários, aplicando-se a vedação também a empregos e funções da Administração indireta.

(C) A acumulação de dois cargos de professor pode ocorrer quando houver compatibilidade material das atribuições, ainda que exista sobreposição parcial dos horários funcionais estabelecidos pela Administração.

(D) A acumulação de dois cargos privativos de profissionais de saúde pode alcançar funções administrativas correlatas quando a formação exigida para o cargo estiver vinculada à área sanitária.

(E) A vedação à acumulação aplica-se à Administração direta e às autarquias, enquanto as sociedades de economia mista seguem regime próprio definido em seus regulamentos internos.

Questão 57

Considerando o art. 64, caput e parágrafo único, da Lei nº 9.784/1999, acerca do julgamento do recurso administrativo, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A revogação da decisão recorrida pode ocorrer quando houver vício de legalidade, enquanto a anulação é adequada quando a autoridade identificar mudança superveniente de conveniência administrativa.

(B) O julgamento do recurso restringe-se às questões suscitadas pelo interessado, podendo a Administração apreciar matéria não impugnada por meio de procedimento revisional autônomo.

(C) O órgão competente para decidir o recurso pode confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida e, se houver possibilidade de agravamento da situação do recorrente, deverá oportunizar manifestação antes da decisão.

(D) A autoridade recursal pode modificar a decisão em prejuízo do recorrente quando identificar ilegalidade, ficando dispensada nova manifestação se os fatos relevantes já tiverem sido debatidos na instância anterior.

(E) O agravamento da situação do recorrente exige instauração de novo processo administrativo, pois a autoridade recursal não pode alterar desfavoravelmente a decisão dentro do mesmo procedimento.

Questão 58

Considerando o art. 117, caput e §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021, acerca do acompanhamento e da fiscalização da execução dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A contratação de terceiros para auxiliar a fiscalização transfere ao contratado auxiliar competência para determinar providências corretivas quando identificar irregularidades técnicas durante a execução do ajuste.

(B) O registro formal das ocorrências pode ser dispensado quando os defeitos identificados forem prontamente corrigidos pela contratada e não provocarem alteração financeira ou atraso na execução do objeto.

(C) A designação de fiscal do contrato concentra nesse agente as funções de acompanhamento, aplicação de sanções e alteração das condições contratuais necessárias à regular execução do objeto pactuado.

(D) O fiscal pode decidir questões que ultrapassem sua competência quando a providência for necessária para impedir atraso na execução, submetendo posteriormente a decisão à autoridade administrativa superior.

(E) A execução contratual deve ser acompanhada e fiscalizada por fiscais designados, que registrarão as ocorrências e comunicarão aos superiores as situações que excedam sua competência.

Questão 59

Considerando os arts. 99, 100 e 101 do Código Civil, acerca da classificação e da alienação dos bens públicos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) Os bens dominicais submetem-se ao mesmo regime de inalienabilidade dos bens de uso especial enquanto integrarem o patrimônio de pessoa jurídica de direito público.

(B) A classificação do bem público interfere em sua forma de utilização, mas não repercute sobre sua disponibilidade jurídica para alienação pela Administração.

(C) A desafetação de bem de uso comum do povo converte diretamente sua natureza em bem particular, permitindo alienação segundo as regras gerais do direito privado.

(D) Os bens de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis enquanto conservarem essa qualificação, ao passo que os bens dominicais podem ser alienados observadas as exigências legais.

(E) Os bens de uso especial podem ser alienados durante sua afetação quando a Administração demonstrar vantagem econômica e preservar a continuidade do serviço público correspondente.

Questão 60

No curso de processo administrativo federal, determinada autoridade pretende impor medida restritiva ao administrado com fundamento em interpretação recentemente adotada pelo órgão. A medida escolhida supera o grau necessário para atingir o objetivo administrativo, e a nova interpretação também seria aplicada a situações definitivamente constituídas sob orientação anterior.

À luz do art. 2º, caput e parágrafo único, incisos II, VI e XIII, da Lei nº 9.784/1999, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A medida pode superar a intensidade estritamente necessária quando possuir finalidade preventiva, desde que a nova interpretação administrativa seja aplicada de maneira uniforme aos administrados atingidos.

(B) A atuação proposta contraria os critérios legais, pois a Administração deve atender a fins de interesse geral, adotar medida adequada e proporcional ao objetivo perseguido e interpretar a norma de forma a garantir sua finalidade pública, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação.

(C) A nova interpretação pode alcançar situações anteriores quando decorrer de revisão fundamentada do entendimento administrativo, enquanto a proporcionalidade incide com maior relevância sobre a aplicação de sanções pecuniárias.

(D) A atuação é admissível quando a autoridade demonstrar interesse público relevante, pois a finalidade administrativa permite ampliar a intensidade da restrição e alcançar situações constituídas segundo entendimento anteriormente vigente.

(E) A Administração pode redefinir a finalidade concreta prevista na norma e aplicar retrospectivamente novo entendimento quando essas providências produzirem resultado administrativo mais eficiente e economicamente vantajoso.

Questão 61

Considerando o art. 74, incisos I a IV e § 1º, da Constituição Federal, acerca do sistema de controle interno dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O apoio ao controle externo ocorre mediante solicitação do Tribunal de Contas, pois a atividade ordinária do controle interno concentra-se na fiscalização dos órgãos integrantes do respectivo Poder.

(B) O sistema de controle interno exerce fiscalização concentrada na legalidade dos atos de gestão, ficando a avaliação de eficácia e eficiência reservada aos órgãos responsáveis pelo controle externo.

(C) O controle interno dos Poderes possui atuação funcional autônoma, sendo a integração constitucional exigida para atividades relacionadas à elaboração das prestações anuais de contas.

(D) O sistema de controle interno deve avaliar metas e resultados da gestão, verificar a legalidade, controlar operações de crédito e apoiar o controle externo, comunicando ao Tribunal de Contas da União irregularidades ou ilegalidades conhecidas.

(E) A comunicação de irregularidade ao Tribunal de Contas depende da conclusão da apuração interna, pois a responsabilidade solidária surge quando o órgão deixa de encaminhar resultado definitivo da investigação realizada.

Questão 62

Considerando o art. 51, caput e § 2º, da Lei nº 9.784/1999, acerca da desistência e da renúncia no processo administrativo federal, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A desistência parcial do pedido alcança os demais interessados que tenham formulado pretensões semelhantes no mesmo processo, desde que exista identidade entre os fundamentos apresentados.

(B) O interessado pode desistir total ou parcialmente do pedido formulado ou renunciar a direitos disponíveis, mas a desistência ou renúncia não impede o prosseguimento do processo quando a Administração considerar que o interesse público assim o exige.

(C) A desistência apresentada pelo interessado extingue o processo administrativo quando o pedido tiver sido formulado por iniciativa particular, ainda que permaneça relevante interesse público na apuração dos fatos.

(D) O prosseguimento de ofício após a desistência depende da existência de indícios de infração disciplinar ou ilícito administrativo relacionado diretamente ao objeto do processo.

(E) A renúncia a direito disponível depende de homologação da autoridade superior e produz efeitos após a demonstração de inexistência de repercussão para terceiros interessados.

Questão 63

Considerando o art. 137, caput e incisos I a III, da Lei nº 14.133/2021, acerca das causas de extinção dos contratos administrativos, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) O descumprimento de cláusula contratual autoriza a extinção quando produzir prejuízo financeiro efetivo, ficando as demais irregularidades sujeitas à aplicação de sanções sem repercussão sobre o vínculo contratual.

(B) A inexecução parcial pode justificar a extinção contratual quando atingir parcela economicamente relevante do objeto, sendo insuficiente a simples violação de obrigação acessória prevista no ajuste.

(C) Podem motivar a extinção do contrato o descumprimento de cláusulas, especificações ou prazos, o desatendimento às determinações da fiscalização e alterações na empresa que comprometam a execução contratual.

(D) A alteração da estrutura da empresa contratada constitui causa de extinção quando resultar em modificação societária relevante, ainda que sua capacidade de executar o contrato permaneça preservada.

(E) O desatendimento de determinação da fiscalização pode fundamentar a extinção quando houver reincidência formalmente registrada em pelo menos duas oportunidades durante a execução do objeto.

Questão 64

Considerando o art. 84, inciso VI, alíneas "a" e "b", da Constituição Federal, acerca da expedição de decretos pelo Presidente da República, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A reorganização administrativa por decreto pode modificar competências definidas diretamente em lei quando a alteração não implicar criação de nova estrutura ou ampliação orçamentária.

(B) O Presidente da República pode, por decreto, organizar e disciplinar o funcionamento da Administração federal, sem aumento de despesa ou criação/extinção de órgãos, e extinguir funções ou cargos públicos vagos.

(C) A extinção de cargos públicos por decreto pode ocorrer quando houver redução permanente da demanda administrativa, ainda que os cargos estejam ocupados por servidores estáveis.

(D) O decreto autônomo pode criar órgãos administrativos quando a medida reorganizar competências existentes e não produzir aumento imediato de despesa para a União.

(E) O decreto autônomo pode instituir novas funções públicas sem aumento de despesa quando houver simultânea extinção de funções de valor remuneratório equivalente.

Questão 65

Considerando o art. 102 do Código Civil e os arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único, da Constituição Federal, acerca da aquisição de bens públicos por usucapião, assinale a alternativa **CORRETA**.

(A) A vedação constitucional à usucapião alcança bens de uso comum e de uso especial, enquanto os bens dominicais seguem o regime prescricional compatível com sua natureza patrimonial disponível.

(B) A posse de boa-fé sobre bem dominical pode conduzir à aquisição do domínio quando houver justo título e ausência de oposição administrativa durante o período estabelecido pela legislação civil.

(C) Os imóveis públicos urbanos permanecem insuscetíveis de usucapião enquanto afetados a finalidade administrativa, passando ao regime possessório privado após sua regular desafetação.

(D) Os bens dominicais podem ser adquiridos por usucapião extraordinária quando estiverem materialmente desafetados e o possuidor demonstrar exercício contínuo da função social durante o prazo legal.

(E) Os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião, abrangendo a vedação também os bens dominicais, ainda que estejam desafetados e sejam ocupados por particular durante período suficiente para preencher os requisitos temporais da legislação civil.

PÁGINA DE RASCUNHO

INSTITUTO igeduc
CONCURSOS COM INTEGRIDADE

NÃO DESTACAR

Instagram Oficial:
@institutoigeduc